



## O nosso maior problema



**Ricardo Junqueiro**  
Advogado

Chegado ao nosso País em Abril de 2011, o então líder da missão do FMI em Portugal, Poul Thomsen fazia o seu diagnóstico: “o maior problema de Portugal é a falta de concorrência”. Paulo Portas, na altura na oposição, apressou-se em concordar e prometeu fazer da matéria uma prioridade, uma vez no governo. O tema estava na

agenda da ‘troika’ e, no memorando assinado com os principais partidos políticos, assumiu-se o compromisso, entretanto já cumprido, de elaboração de uma nova lei da concorrência, mais em linha com o que existe na Europa. Em geral, as mudanças foram positivas, atribuindo-se à Autoridade da Concorrência mais instrumentos para ter sucesso nas investigações dos conluíus entre empresas (e.g. acordos de preços, repartição de clientes ou de mercados, limitação de produção) e dos abusos de poder de mercado (e.g. preços predatórios, descontos de fidelidade, preços excessivos). Mas, agora que temos uma nova Lei da Concorrência, estamos certos de que teremos também mais concorrência? Não é necessariamente assim. Seguramente que a nova lei melhorou alguns aspetos que justificavam revisão. No entanto, não basta uma nova lei para instituir algo de que o País necessita como de pão

para a boca: uma cultura de concorrência.

A criação de uma cultura de concorrência no nosso País passa por diversos fatores. Desde logo, as empresas têm que querer concorrer umas com as outras e rejeitar viver à sombra de entendimentos de cavalheiros que atenuam os riscos que traz a concorrência efetiva. No entanto, mais do que querer, têm que recear não o fazer e temer utilizar o seu poder de mercado para excluir concorrentes ou para explorar os consumidores. Claro que a existência de uma Autoridade da Concorrência respeitada, forte e ativa é uma ajuda essencial para que isso aconteça. É que, de facto, não basta a previsão legal de penas pesadas para as infrações. As empresas têm que sentir que a Autoridade da Concorrência está presente e vigilante e que persegue ativa e eficazmente os comportamentos restritivos da concorrência.

É aqui que entra o Governo, que terá, em breve, uma excelente oportunidade para mostrar que a concorrência não era uma prioridade apenas eleitoral. Nos próximos meses, o Governo tem a missão de escolher um novo Conselho para a Autoridade da Concorrência e, poderá dizer-se, esta é porventura a altura histórica em que o País mais precisa de uma escolha com inquestionável independência, autoridade e experiência prática na matéria, que não ofereçam dúvidas, internas nem externas, de que defender a concorrência, seja em que mercados for, é de facto a prioridade. É que são as pessoas, muito mais do que as leis, que são determinantes para saber se teremos, ou não, concorrência nos nossos mercados. ■